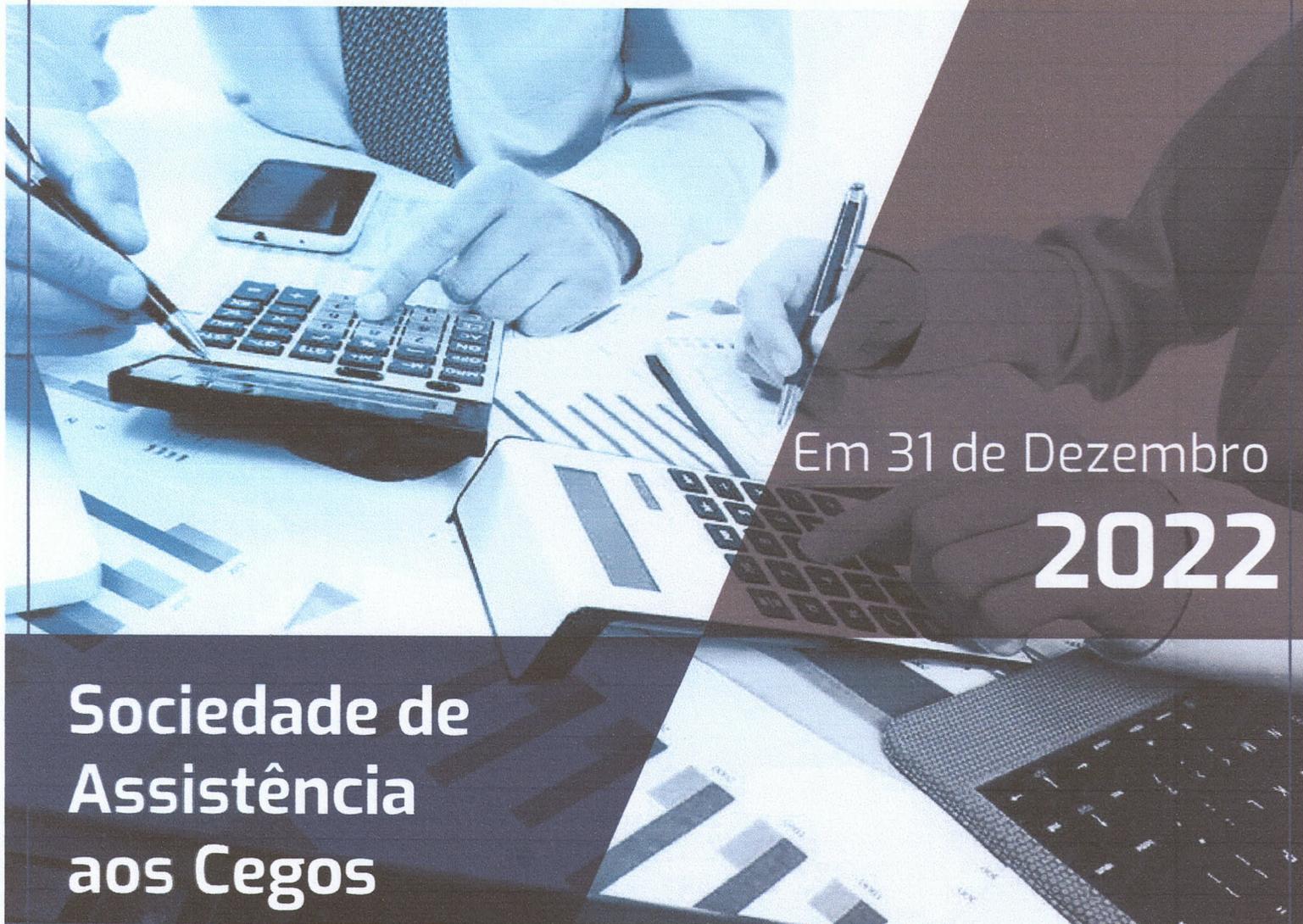


Demonstrações Financeiras e Relatório de Auditoria



Em 31 de Dezembro

2022

**Sociedade de
Assistência
aos Cegos**

S.A.C


LOCUS
CONTABILIDADE

Sumário

Relatório de Auditoria	3
Balanco Patrimonial.....	7
Demonstração do Superávit/Déficit.....	8
Demonstração das mutações do patrimônio social.....	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	11
Autorização para conclusão das demonstrações financeiras	32

Relatório de Auditoria

**Aos administradores da
Sociedade de Assistência aos Cegos
Fortaleza - CE**

Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS CEGOS (“Entidade”) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS CEGOS (Entidade) em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1): Entidade sem finalidade de lucros, NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) e também a Lei Complementar nº. 187/2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e Entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

24

Fortaleza/CE, 28 de abril de 2023



Locus Contabilidade, Auditoria e Perícia Empresarial S/S
CRC CE 1.319/O-5



Bruno Ferreira Vicente de Queiroz
Auditor
CRC/SP 293.320/O-5T-CE

Uma empresa do grupo Locus Hub Empresarial

 www.locusempresarial.com.br  atendimento@locusempresarial.com.br  (85) 2180.5409  (85) 3039.7440

 locusempresarial  Rua Vicente Linhares, 500, Sala 1301, Aldeota - Fortaleza/CE | CEP: 60.170-235

SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS CEGOS

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas líquidas operacionais		
Serviços médicos hospitalar	11.369.269	9.075.043
Serviços de educação	1.451.183	807.380
	<u>12.820.452</u>	<u>9.882.423</u>
(-) Deduções		
Filantropia Lei 12.101/2009 - bolsa 100%	(362.796)	(204.400)
Descontos incondicionais e cancelamentos	(31.955)	(2.180)
Bolsas integrais - alunos com deficiência	(1.088.387)	(602.980)
	<u>(1.483.138)</u>	<u>(809.560)</u>
Total das receitas líquidas operacionais	<u>11.337.314</u>	<u>9.072.863</u>
(=) Resultado bruto	<u>11.337.314</u>	<u>9.072.863</u>
(+/-) Despesas e receitas líquidas operacionais		
Despesas hospitalares	(7.957.259)	(7.008.073)
Despesas escolares	(2.301.504)	(1.451.183)
Despesas com assistência social	(810.981)	(1.002.985)
Despesas gerais e administrativas	(706.554)	(133.351)
Outras receitas/(despesas) operacionais	251.504	127.277
(=) Resultado antes das operações financeiras	<u>(11.524.794)</u>	<u>(9.468.315)</u>
Receitas financeiras	84.881	30.119
Despesas financeiras	(112.623)	(434.657)
(=) Resultado líquido	<u>(27.742)</u>	<u>(404.538)</u>
(=) Superávit/(déficit) líquido do exercício	<u>(215.222)</u>	<u>(799.990)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS CEGOS**Demonstração das Mutações do Patrimônio Social**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9.455.698	9.455.698
Superávit/(déficit) líquido do exercício	(799.990)	(799.990)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.655.708	8.655.708
Superávit/(déficit) líquido do exercício	(215.222)	(215.222)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.440.486	8.440.486

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS CEGOS

Demonstração do Fluxo de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em reais)

	2022	2021
Superávit/(déficit) líquido do exercício	(215.222)	(799.990)
Depreciação e amortização	904.943	946.477
	904.943	946.477
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Contas a receber de convênio	(190.551)	306.738
Demais contas a receber	18.270	(12.593)
Contas a pagar	111.734	263.817
Obrigações trabalhistas e previdenciários	20.434	45.978
Obrigações tributárias	855	13.017
Demais contas a pagar	(7.323)	-
(=) Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	(46.581)	616.957
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de investimentos	(100)	-
Aquisições de bens imobilizado e intangível	(469.284)	(813.644)
Caixa (aplicado) nas atividades de investimento	(469.384)	(813.644)
(=) Aumento/(consumo) líquido de caixa e equivalentes de caixa	173.756	(50.200)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	721.404	771.604
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	895.160	721.404
(=) Aumento/(consumo) líquido de caixa e equivalentes de caixa	173.756	(50.200)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS CEGOS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

1. Contexto operacional

A Sociedade de Assistência aos Cegos, também designada pela sigla SAC, fundada em 02 de agosto de 1942, é uma associação de direito privado, beneficente, sem fins lucrativos. Utilidade Pública Federal concedida pela portaria CNJ nº 20 de 20/06/2005 do Ministério da Justiça. Possui também inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) nº 257, datado de 30/04/2022 e Requerimento de Concessão de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde de nº 25000 05 9478/2021-18, de 19.04.2021.

Finalidade Estatutária

Tem por finalidade precípua promover condições e meios de auxiliar o deficiente visual no desenvolvimento das suas potencialidades, através da educação, reabilitação, profissionalização criando condições para que a população e os deficientes, como usuários de serviços, possam ter acessibilidade aos meios atuais de prevenção e tratamento de patologias oftalmológicas, promovendo assim o desenvolvimento das suas potencialidades.

Finalidade Institucional/Objetivos

Área Assistência Social e Educação:

- 1) A defesa social contra a cegueira através da criação e manutenção de institutos visando a educação intelectual e técnico-profissional do deficiente visual, de forma que o mesmo, desenvolvendo as suas potencialidades possa usufruir de uma vida física, moral e intelectual perfeitamente integrada ao meio que pertença;
- 2) Pleitear dos órgãos públicos competentes medidas de interesse e de defesa de suas finalidades sociais, principalmente no que se refere ao combate à prevenção da cegueira.

Área da Saúde:

- 3) Criar condições para que a população e os deficientes visuais, como usuários de serviços, possam ter acessibilidade aos meios atuais de prevenção e tratamento de patologias oftalmológicas;
- 4) Combater e prevenir a cegueira em suas múltiplas manifestações, podendo para tanto criar, manter e desenvolver clínicas médicas, ambulatórios, consultórios, hospitais de pequeno, médio e grande porte, óticas, bancos de olhos, unidades fabris de forma a permitir um eficaz combate e prevenção à cegueira nos seus mais diversos aspectos, inclusive médico e social, devendo para tanto utilizar-

se do todos os meios de divulgação e atuação científica que dispõe, e não expressamente vedados em Lei;

I - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil e, em atendimento às Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1.121/08, que aprovou a NBC T 1 – Estrutura Conceitual para Elaboração das Demonstrações Contábeis e a Resolução CFC nº 1409/12, que aprovou a ITG 2002, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das entidades sem finalidade de lucro e Resolução n.º 177 de 10/08/2000 do Ministério Público Federal. As demonstrações estão sendo divulgadas de forma comparativa às do exercício anterior. Os relatórios ora publicados estão adequados à Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09.

Utilizou como base a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1): - Entidade sem finalidade de lucros. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração de instrumentos financeiros ao seu valor justo. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis.

Observando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal. Considerada o novo marco regulatório da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), sob o aspecto da imunidade tributária e do processo de concessão de CEBAS e fiscalização. A nova Lei promove uma abordagem da nova legislação aplicável às entidades beneficentes de assistência social, perpassando os aspectos procedimentais e tributários que estão atrelados ao regime de certificação das entidades beneficentes de assistência social.

2. Resumo das principais políticas contábeis

Os procedimentos contábeis mais relevantes adotados na elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis foram os seguintes:

- A) RECEITAS: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e ou bonificações concedidas ao tomador de serviços e outras deduções similares. Os recursos (superávits) obtidos por essas receitas são revertidos para atendimento de suas atividades fins (objetivos sociais). As receitas como doações foram reconhecidas em conformidade ao regime de competência. As doações recebidas pela entidade, são principalmente de contribuição espontânea de pessoas físicas, o que impede uma estimativa segura da origem desse tipo de recurso. As receitas de prestação de serviços da Sociedade de Assistência aos Cegos foram reconhecidas pelo regime de competência. Essas receitas são provenientes do atendimento oftalmológico da população em geral na clínica e no hospital, através de convênios com o SUS, consultas particulares e populares, como também com convênios particulares. A escola e a assistência não possuem receitas próprias.
- B) DESPESAS: As despesas foram registradas em conformidade ao Princípio da Competência dos Exercícios e segregadas por área de atuação. A despesas são decorrentes das três áreas de atuação da Instituição: saúde (atendimentos do hospital e clínica), educação e da assistência social.
- C) CONTAS A RECEBER DE CONVÊNIOS: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. Estão apresentados pelo valor de realização. Os valores anteriores a 2019 estão em negociação para recebimento. As contas a receber ou clientes fazem parte do balanço geral das organizações como parte do seu crédito (ou haver), uma vez que, com o tempo, acabarão por se converter em efetivo/dinheiro para a empresa. A SAC possui valores mensurados em R\$ 1.238.397, valores de convênios particulares e SUS.
- D) PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS E CONTAS A RECEBER OU CLIENTES: As provisões são lançamentos de valores como se fossem despesas, sem ainda ser. Tem-se uma provisão quando uma pessoa jurídica faz uma reserva representando uma expectativa de perda de ativos ou estimativas de valores a desembolsar. A efetiva intensão de uma provisão é dar cobertura de custos ou despesas que provavelmente ou certamente ocorrerão no futuro. Trata-se de valores que, embora ainda não tenham se caracterizado como despesas incorridas, sua contabilização pode ser feita como expectativa de se concretizarem no futuro, constituída no valor de R\$ 59.616 tendo em vista os aspectos do conservadorismo e da prudência no reconhecimento de prováveis perdas consideradas altas em grau de certeza, corresponde a débitos de repasse de valores. Repassados ao Jurídico para providências. A mencionada provisão é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização do direito creditório, consoante o disposto nos artigos 340 e 341 do Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99 e artigo 24 da Instrução Normativa da SRFB nº 93/97.

- E) IMOBILIZADO: Os bens do imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustados por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear. As taxas utilizadas são estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bem, com base no decreto lei 3.000/1999.
- F) PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial.
- G) PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.
- H) PATRIMÔNIO SOCIAL: Esse saldo é representado pelo patrimônio inicial da entidade, superávits e déficits apurados anualmente desde a sua constituição. Um eventual “superávit”, apurado em seus registros contábeis, é aplicado na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.
- I) RECURSOS INGRESSOS NA INSTITUIÇÃO: Todos os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em território nacional, em conformidade com seu Estatuto Social, estando demonstrado nas suas despesas.
- J) PROVISÕES E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES: Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
- K) ADIANTAMENTO A FUNCIONARIOS: Esta conta refere-se a valores pagos antecipadamente a funcionários, tais como salário, férias, entre outros e que serão compensados/descontados em folha de pagamento ao final de cada mês.
- L) MENSALIDADES ESCOLARES: Os serviços prestados na escola são gratuitos, não havendo desembolso algum pelos alunos.
- M) IMUNIDADE TRIBUTÁRIA: a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, para usufruir da imunidade, a entidade deverá cumprir os seguintes requisitos:



- Não percebe a seus direitos, conselheiros, sócios, instituidores ou beneficiários, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.
- Aplicar suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.
- Apresenta certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como comprovação de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Mantém escrituração contábil regular que registre as receitas e as despesas, bem como o registro em gratuidade, de forma segregada, em consonância com as normas do Conselho Federal de Contabilidade e com a legislação fiscal em vigor;
- Não distribui a seus conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores seus resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto, e, na hipótese de prestação de serviços a terceiros, públicos ou privados, com ou sem cessão de mão de obra, não transfiram a esses terceiros os benefícios relativos à imunidade prevista no § 7º do art. 195 da Constituição Federal;
- Conserva pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem e o registro de seus recursos e os relativos a atos ou a operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Apresentem as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pelo inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- Atende o princípio da universidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as).
- Tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidade pública consta em seu estatuto social a natureza, objetivos e público-alvo;

3. Balanço Patrimonial

Caixa e equivalente de caixa

A conta "Caixa" registra o saldo da movimentação diária, de acordo com o boletim do último dia útil do referido exercício social. A conta "Bancos Conta Movimento" representa o somatório dos saldos das diversas contas correntes, todas devida e regularmente conciliadas.

RJ

Encontram-se também aplicações financeiras, oriundas em sua maioria das receitas de prestação de serviços do hospital.

Segue abaixo a composição:

	2022	2021
Caixa geral	<u>2.291</u>	<u>2.545</u>
Banco conta movimento	<u>129.500</u>	<u>62.681</u>
Banco Santander	-	-
Banco do Brasil	-	0,00
Caixa Econômica Federal	129.303	734
Banco Bradesco	197	61.947
Sicredi	-	-
Aplicações financeiras	<u>763.369</u>	<u>656.178</u>
Banco do Brasil	752.018	653.424
Sicredi	10.104	
Banco Santander	1.247	2.754
Caixa e equivalente de caixa	<u>895.160</u>	<u>721.404</u>

Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, estão apresentados pelo valor de realização e compostos da seguinte maneira:

	2022	2021
Convênios - SUS	265.911	115.414
Convênios Particulares - Cartões de crédito	392.445	305.567
Outros Convênios - planos de saúde e empresas	580.041	626.865
Caixa e equivalente de caixa	<u>1.238.397</u>	<u>1.047.845,78</u>

Imobilizado

Os componentes do ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou valor original, deduzidas as respectivas depreciações, calculadas com base na estimativa de sua utilidade econômica, conforme Instrução Normativa SRF nº 162/1998, bem como Resolução nº 1.177, de 01.01.2010, do Conselho Federal de Contabilidade.

No mês de agosto, a Entidade precisou renovar alguns equipamentos, foi adquirida uma máquina de OCT no valor de R\$ 290.000 (duzentos e noventa mil reais). Também adquirimos novo retinografo, no

29

valor de R\$ 8.400 (oito mil e quatrocentos reais), lesometro, no valor de R\$ 7.200 (sete mil e duzentos reais), nova cama hospitalar, no valor de R\$ 13.250 (treze mil, duzentos e cinquenta reais).

Abaixo o quadro com a composição da conta:

	2022	2021
Edificações	2.483.028	2.478.648
Máquinas e equipamentos	6.628.908	6.270.202
Instalações	144.619	144.619
Móveis e utensílios	494.265	489.981
Computadores, impressoras e periféricos	400.239	359.941
(-) Depreciação acumulada	(3.036.400)	(2.165.423)
Caixa e equivalente de caixa	7.114.659	7.577.968

Patrimônio social

O patrimônio social da Sociedade de Assistência aos Cegos é constituído por dotação inicial, de bens a ele incorporados, e dos resultados líquidos apurados – superávit ou déficit, apurados anualmente desde a sua constituição. No ano de 2022 apresentou um déficit no valor de R\$ 215.222 representado da seguinte forma: o prejuízo econômico foi de R\$ 964.558, esse valor é devido à depreciação e amortização do imobilizado no valor de R\$ 904.943 e a Provisão para Devedores Duvidosos no valor de R\$ 59.616, que reduzido do valor do déficit, apresentamos um superávit financeiro no valor de R\$ 749.337.

A Sociedade de Assistência aos Cegos por ser entidade de fins não lucrativos, não distribui lucros, dividendos, vantagens ou parcelas do patrimônio a seus instituidores, dotadores e administradores, sob qualquer forma.

Superávit ou déficit do período

O Superávit ou Déficit Acumulado: Superávit do Exercício = registra a confrontação periódica de receitas x despesas, sendo o respectivo saldo credor transferido para esta conta, para aplicação nas atividades objeto da entidade no exercício de 2022 a entidade apresentou um déficit no valor de R\$ 215.222.

4. Outras Informações relevantes

Imunidade

D

A SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AOS CEGOS é uma entidade beneficente de assistência social, nos exatos termos da Lei Complementar nº 187/2021, cumpre os seguintes requisitos:

Estatutários: Não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; Aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; Atende o princípio da universalidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as); Tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas; consta em seu estatuto social a natureza, objetivos e público-alvo compatíveis com a Lei nº. 8.742/93 (LOAS) e Decreto nº. 6.308/07.

Operacionais e contábeis: Possui certidão negativa relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço -FGTS; Mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; Conservarem boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial; Cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; Elabora as demonstrações contábeis devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

As entidades beneficentes que atuem na área da educação, assistência social saúde, portadoras do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, por se enquadrarem nos pré-requisitos instituídos pela Lei Complementar nº 187/2021, é imune das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, quais sejam: cota patronal e demais contribuições a ela vinculadas – salário educação, SAT, INCRA, SENAC, SESC, SEBRAE, PIS e COFINS.

Também de acordo com o art. 150, inciso V, alínea 'c', CF/88, as instituições sem fins lucrativos, de caráter educacional de assistência social, desde que cumpridos os requisitos legais do art. 14 do CTN, é imune dos impostos sobre renda, patrimônio e serviços.

Gratuidades

Para ter direito à certificação, as entidades devem conceder, por meio de suas instituições de ensino, bolsas de estudo integrais e parciais para alunos da creche, pré-escola, anos iniciais e finais do ensino fundamental, ensino médio ou superior – tanto da graduação como da pós-graduação, selecionados pelo perfil socioeconômico definido na Lei Complementar nº 187/2021, que trata da certificação das entidades beneficentes de assistência social.

As bolsas de estudo são ofertadas diretamente pela escola da Sociedade de Assistência aos Cegos obedecendo os critérios estipulados na legislação. Têm direito a bolsa integral os alunos com renda familiar mensal per capita de até um salário-mínimo e meio. Não possuímos bolsas parciais ou até mesmo cobrança da mensalidade integral, todos os alunos da entidade estudam com bolsas integrais.

Imunidades/isenções usufruídas:

Tributos	Valor
INSS COTA PATRONAL - SAÚDE	R\$ 275.624
INSS COTA PATRONAL - EDUCAÇÃO	R\$ 315.369
INSS COTA PATRONAL - ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 155.982
INSS COTA PATRONAL - AMINISTRATIVO	R\$ 204.009
COFINS	R\$ 386.064
PIS	R\$ 83.647
CSLL	R\$ 370.621
IRPJ	R\$ 1.023.503
TOTAL	R\$ 2.814.819

Trabalho voluntário

A Sociedade de Assistência aos Cegos possui voluntários nos termos da Lei 9.608/98, do qual foi mensurado e registrado os valores das receitas e despesas em atendimento a Resolução 1.409/12.

Descrição	2021	Despesas Resolução 1.409/12
Serviços de Saúde	-	-
Serviços Administrativos	-	-
Serviços de Educação	10	R\$ 24.792,50
Serviços Assistência Social	-	-
Total	10	R\$ 24.792,50

Subvenção governamental

Subvenção Governamental é uma assistência governamental geralmente na forma de contribuição de natureza pecuniária, mas não só restrita a ela, concedida a uma entidade normalmente em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade. A subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar.

Educação

A proposta de Educação Integral utilizada é amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -LDB (lei 9.394 de 1996).

Demonstrativo do Cumprimento do Mínimo de Bolsas Integrais. Em atendimento ao artigo 13 da LC nº 187/2021. A escola sediada na Associação dos Cegos que é mantida com os recursos das prestações de serviços da saúde concedeu bolsas acima do critério estabelecido na lei de 100% (cem por cento).

EDUCAÇÃO BÁSICA	QUANTIDADE	VALORES
NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS	92	R\$ 1.451.183,04
BOLSAS INTEGRAIS DA LEI Nº 12.101/2009	32	R\$ 362.795,76
BOLSAS INTEGRAIS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA	60	R\$ 1.088.387,28
BOLSAS INTEGRAIS E EM TEMPO INTEGRAL	-	
OUTROS TIPOS DE BOLSAS INTEGRAIS (ESPECIFICAR)	-	
BOLSAS PARCIAIS 50% DA LEI Nº 12.101/2009	-	
OUTROS TIPOS DE BOLSAS PARCIAIS (ESPECIFICAR)	-	
BENEFÍCIOS (ESPECIFICAR)		
-ALIMENTAÇÃO: (Café/lanche/almoço/lanche/jantar)	32.698	R\$ 58.320,55
-MATERIAL ESCOLAR (kits materiais didáticos, Livros e Cadernos)		R\$ 1.815,17
EDUCAÇÃO SUPERIOR	-	
No DE ALUNOS MATRICULADOS	-	
BOLSAS INTEGRAIS PROUNE	-	
BOLSAS INTEGRAIS (RECURSOS PRÓPRIOS)	-	
BOLSAS INTEGRAIS (PÓS-GRADUAÇÃO) LATO SENSO	-	
OUTROS TIPOS DE BOLSAS INTEGRAIS	-	
BOLSAS PARCIAIS 50% PROUNE	-	
BOLSA PARCIAL 50% (RECURSOS PRÓPRIOS)	-	
BOLSAS PARCIAIS 50% (PÓS-GRADUAÇÃO LATUS SENSO)	-	
OUTROS TIPOS DE BOLSAS PARCIAIS ESPECÍFICOS	-	
BENEFÍCIO (ESPECIFICAR O TIPO)	-	
TOTAL	-	R\$ 1.511.318,76

Da Concessão dos Recursos em Assistência Educacional – Básica: Os recursos utilizados na concessão de bolsas aos alunos são advindos da prestação de serviços da saúde. A Entidade, em conformidade com o artigo 13 da Lei nº. 187/2021 e artigo 29 do Decreto nº.8.242/14 oferece bolsas educacionais

para alunos carentes, na forma da Lei (artigo 14 da Lei nº. 12.101/09), e não cobrou taxa de matrícula ou custeio de material didático dos alunos bolsistas. Na concessão de bolsas educacionais a Entidade utilizou o seguinte critério de renda:

- A bolsa de estudo integral será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1 1/2 (um e meio) salário-mínimo.
- A bolsa de estudo parcial será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários-mínimos.

Assistência Social

A ação social realizada pela Instituição tem como referência a Lei Orgânica de Assistência Social -LOAS, com foco no deficiente visual e sua família.

A ação social realizada pela Instituição tem como referência a Lei Orgânica de Assistência Social -LOAS, com foco no deficiente visual e sua família. Promove condições e meios para auxiliar o deficiente visual no desenvolvimento de suas potencialidades, independentemente de nacionalidade, faixa etária, sexo, cor, raça, crença religiosa ou política conforme consta dos seus Atos Constitutivos registrados no Cartório Pergentino Maia, sob o nº 325, às folhas 130/136 do Livro "A" de nº 04 em 12/12/1942. Objetiva socializar, reabilitar, profissionalizar, educar e assistir o deficiente visual nos aspectos biopsicossociais que interferem no desenvolvimento de suas potencialidades e autonomias, orientando deficientes visuais e familiares na garantia de seus direitos, na melhoria da qualidade de vida e no resgate de vínculos familiares.

No ano de 2021, mesmo com a pandemia da COVID-19 adaptamos algumas atividades assistenciais da entidade para que a pessoa com deficiência visual e seus familiares não sofressem prejuízos com os atendimentos necessários e essenciais para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Todos os recursos são oriundos dos serviços da área da saúde da entidade para aquisição de materiais de escritórios necessários para o desenvolvimento do trabalho

ASSISTÊNCIA SOCIAL/2022

As ações assistenciais realizadas pela Instituição têm como referência a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, com foco no deficiente visual e seus familiares.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

01. ATENDIMENTOS DA ASSISTENTE SOCIAL

Assistência em reabilitação	135
Educação	92
Assistidos	117
Outros	2.530
Nº DE ATENDIMENTOS TOTAL	2.870

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS: 02 - 01 Assistente Social e 01 Auxiliar Administrativo.

QUANTIDADE DE VOLUNTÁRIOS: 0

RECURSOS NECESSÁRIOS:

Recursos oriundos dos serviços da área de saúde da entidade na aquisição de materiais de escritórios necessários para o desenvolvimento do trabalho: 02 computadores, 01 impressora, 02 mesas com 05 cadeiras e 04 arquivos;

02. REABILITAÇÕES

Pessoas com deficiência cadastradas na entidade oriundas de demanda espontânea, encaminhadas por outros serviços da rede socioassistencial ou das demais políticas públicas que necessitam passar pelo processo de reabilitação, tendo suas metas atendidas na garantia de direitos de resgate de sua cidadania e no fortalecimento dos vínculos familiares.

ATENDIMENTOS DE REABILITAÇÃO:

INTEGRAÇÃO:	46
BRILLE I	17
BRILLE II	06
SOROBAN	05
ARTE TERAPIA	14
ARTES E OFICIOS	19
ALFA-LETRAMENTO ADULTOS	03
GRUPO TERAPÊUTICO	10
ATIVIDADE PSICOMOTORA	15

TOTAL135

INTEGRAÇÃO:

OBJETIVO: Iniciar o processo de reabilitação de pessoas com deficiência visual acima de 16 anos, que perderam a visão ou estão em processo de perda de visão, nas diversas modalidades de atendimentos da entidade.

PERÍODO: A permanência na sala varia de 3 a 6 meses. Recebe pessoas com deficiência no decorrer de todo o ano. Com tempo pré-determinado pela prontidão do aluno.

Nº DE ATENDIDOS 46

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS: 01 PEDAGOGO

QUANTIDADE DE VOLUNTÁRIOS: 0

RECURSOS NECESSÁRIOS: MATERIAL DIDATICO/RECURSOS PEDAGÓGICOS

BRAILLE I:

OBJETIVO: Dar continuidade aos atendimentos das pessoas com deficiência que concluíram a etapa da sala de integração e desejam aprender o Braille. Tem a missão de ensinar o aprendizado do Braille na codificação da língua em português. Com tempo pré-determinado de conclusão, salvo algumas exceções.

Nº DE ATENDIDOS 17

PERÍODO: janeiro a dezembro.

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS: 01 PEDAGOGA

QUANTIDADE DE VOLUNTÁRIOS: 0

RECURSOS NECESSÁRIOS: MATERIAL DIDATICO/RECURSOS PEDAGÓGICOS

BRAILLE II:

OBJETIVO: Receber os reabilitandos que concluíram a primeira parte, Braille I. Tem a missão de ensinar o aprendizado do Braille na codificação matemática. Com tempo pré-determinado de conclusão, salvo algumas exceções.

Nº DE ATENDIDOS 06

PERÍODO: janeiro a dezembro

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS: 01 PEDAGOGO

QUANTIDADE DE VOLUNTÁRIOS: 0

RECURSOS NECESSÁRIOS: MATERIAL DIDATICO/RECURSOS PEDAGÓGICOS

SOROBAN:

OBJETIVO: Receber os reabilitandos que concluíram o Braille II. Tem a missão de ensinar o aprendizado dos cálculos no soroban. Com atendimento semanal e tempo pré-determinado de conclusão, salvo algumas exceções.

Nº DE ATENDIDOS 05

<p>PERÍODO: janeiro a dezembro</p> <p>QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS: 01 PEDAGOGO</p> <p>QUANTIDADE DE VOLUNTÁRIOS: 0</p> <p>RECURSOS NECESSÁRIOS: MATERIAL DIDATICO/RECURSOS PEDAGÓGICOS</p>	
<p>ARTE TERPIA:</p> <p>OBJETIVO: Atender idosos que perderam a visão e que não possuem interesse e nem necessidade de aprender o Braille. São realizadas atividades psicomotoras finas e amplas, fortalecendo os momentos em grupo com orientações para o desenvolvimento da autonomia e qualidade de vida. São confeccionadas peças de artesanato contribuindo para o desenvolvimento pessoal. Sem tempo predeterminado.</p> <p>Nº DE ATENDIDOS 14</p>	
<p>PERÍODO: janeiro a dezembro</p> <p>QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS: 01 PEDAGOGO</p> <p>QUANTIDADE DE VOLUNTÁRIOS: 0</p> <p>RECURSOS NECESSÁRIOS: MATERIAL DIDATICO/RECURSOS PEDAGÓGICOS</p>	
<p>ARTES E OFÍCIOS</p> <p>OBJETIVO: Proporcionar aos reabilitandos desenvolver habilidades manual e ajudar na construção de uma maior interação social, fortalecendo a auto-estima. Espaço que reabilita e profissionaliza.</p> <p>Nº DE ATENDIDOS 19</p>	
<p>PERÍODO: janeiro a dezembro</p> <p>QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS: 01 PEDAGOGO</p> <p>QUANTIDADE DE VOLUNTÁRIOS: 0</p> <p>RECURSOS NECESSÁRIOS: MATERIAL DIDATICO/ COLA E TINTA Revistas (recicláveis)</p>	
<p>ALFA-LETRANDO ADULTOS:</p> <p>OBJETIVO: Iniciar o processo de alfabetização para desenvolver habilidades de ler e escrever e desenvolver o uso competente da leitura e da escrita nas práticas sociais. Instigar o interesse em realizar as avaliações do ENCCEJA/ENEM/GOVERNO</p> <p>Nº DE ATENDIDOS 03</p>	
<p>PERÍODO: janeiro a dezembro</p> <p>QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS: 01 PEDAGOGO</p> <p>QUANTIDADE DE VOLUNTÁRIOS: 0</p> <p>RECURSOS NECESSÁRIOS: MATERIAL DIDATICO/RECURSOS PEDAGÓGICOS</p>	
<p>GRUPO TERAPÊUTICO: O grupo terapêutico potencializa as trocas dialógicas, o compartilhamento de experiências e a melhoria na adaptação ao modo de vida individual e coletivo.</p> <p>PERÍODO: janeiro a março e de agosto a novembro</p> <p>Nº DE ATENDIDOS 10</p> <p>QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS: 01 PSICOLOGO</p>	

RECURSOS NECESSÁRIOS: recurso físico – Sala da Instituição	
ATIVIDADE PSICOMOTORA: Atividade que vai trabalhar o equilíbrio, os movimentos dos membros superiores e inferiores. Cooperar com a organização do ritmo, do desenvolvimento e das percepções gerais da pessoa adulta com deficiência visual, trazendo benefícios globais.	
PERÍODO: janeiro a março e de agosto a novembro	
Nº DE ATENDIDOS	15
QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS: 01 Educador Físico 01 Pedagogo	
RECURSOS NECESSÁRIOS: recurso físico – Quadra de esporte da Instituição, traves e bolas doadas pelo projeto.	

03. SETOR DE PREVENÇÃO A CEGUEIRA

Setor que atende reabilitandos, assistidos e alunos da escola IHG. Realiza atendimentos individuais ou em grupo dependendo da realidade do paciente/cliente.

Nº DE ATENDIDOS GERAL **497**

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS: 05 (CLT)

- 01 Terapeuta Ocupacional funcionária da entidade em regime celetista com carga horária de 20 horas semanais,
- 01 Psicóloga funcionária da entidade em regime celetista com carga horária de 16 horas semanais.
- 01 Fonoaudióloga funcionária da entidade em regime celetista com carga horária de 20 horas semanais,
- 01 Educador físico funcionário da entidade em regime celetista com carga horária de 36 horas semanais, na função de professor de Orientação e Mobilidade.
- 01 Pedagoga funcionário da entidade em regime celetista com carga horária de 20 horas semanais, na função de professor de estimulação visual.

VOLUNTÁRIOS: 03 voluntários de psicologia previamente inscrito junto ao Serviço Social da entidade, de acordo com Lei nº 18/02/1998 que institui o serviço voluntário.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Mesas, cadeiras, estantes, brinquedos e jogos educativos foram adquiridos através da participação em projetos desenvolvidos anteriormente e adquiridos com recursos da entidade.

	BENEFICIADOS	ATENDIMENTOS ANUAL
TERAPIA OCUPACIONAL	139	843
ESTIMULAÇÃO VISUAL	79	842

AP

FONOAUDIOLOGIA	115	944
PSICOLOGIA	115	710
ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE	49	837
TOTAL:	497	4.176

04. CURSOS/OFICINAS

Cursos e oficinas oferecidos para assistidos e reabilitandos da instituição, promovem a inclusão de pessoas com deficiência visual.

Automaquiagem

Nº DE ATENDIDOS 06

PERÍODO: novembro a dezembro

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS: 01 coordenação (CLT)

QUANTIDADE DE VOLUNTÁRIOS: 02

RECURSOS NECESSÁRIOS: Produto de higiene pessoal do rosto, maquiagens, materiais específicos (pinceis, organizadores, batons, blush, rímel...)

Informática (digitação)

Nº DE ATENDIDOS:10

PERÍODO: março a agosto

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS: 02 profissionais da entidade com vínculo celetista, que exerce a função de professor de informática e um coordenador (serviço social)

QUANTIDADE DE VOLUNTÁRIOS: 0

RECURSOS NECESSÁRIOS:10 computadores adquiridos em participação em projeto social da ENEL/CE (Projeto Luz Solidária) /Mesas e cadeiras adquiridos pelo setor de sustentação da entidade.

Informática (NVDA)

Nº DE ATENDIDOS 20

PERÍODO: março a maio

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS: 02 - profissional da entidade com vínculo celetista, que exerce a função de professor de informática e um coordenador (serviço social)

QUANTIDADE DE VOLUNTÁRIOS: 0

RECURSOS NECESSÁRIOS:10 computadores adquiridos em participação em projeto social da ENEL/CE (Projeto Luz Solidária) /Mesas e cadeiras adquiridos pelo setor de sustentação da entidade.

Informática (Curso de Windows LIBRE OFFICE e NVDA)

u

Nº DE ATENDIDOS 10

PERÍODO: agosto a outubro

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS: QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS:

02 - profissional da entidade com vínculo celetista, que exerce a função de professor de informática e um coordenador (serviço social)

QUANTIDADE DE VOLUNTÁRIOS: 1

RECURSOS NECESSÁRIOS: 10 computadores adquiridos em participação em projeto social da ENEL/CE (Projeto Luz Solidária) /Mesas e cadeiras adquiridos pelo setor de sustentação da entidade. Projeto da Rede Matriz Criativa do edital da Enel.

05. PROJETOS COM VOLUNTÁRIOS

Yoga	25
Música	15
Teatro	17
Xadrez	10
Goalball	04
Judô	02

YOGA: Atendimento que ajuda reabilitandos, assistidos da entidade a se adaptarem ao seu cotidiano e sua realidade, oferecendo autonomia e procurando dar qualidade de vida e melhorando a autoestima.

PERÍODO: janeiro a março e de agosto a novembro

Nº DE ATENDIDOS 25

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS: 01 coordenador (CLT)- empregado da entidade em regime celetista responsável pelos atendimentos do Programa de Reabilitação dos atendimentos assistenciais da entidade.

QUANTIDADE DE VOLUNTÁRIOS: 02 previamente inscrito junto ao Serviço Social da entidade, de acordo com Lei nº 18/02/1998 que institui o serviço voluntário.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Colchonetes para Yoga adquiridos como doação das professoras, aparelho de som adquiridos pelo setor de sustentação da entidade.

MÚSICA: Atividade que estimula o dom musical e instrumental dos alunos e reabilitandos auxiliando na reabilitação.

PERÍODO: janeiro a março e de agosto a novembro

Nº DE ATENDIDOS 15

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS: 01 coordenador (CLT)

QUANTIDADE DE VOLUNTÁRIOS: 01 voluntário previamente inscrito junto ao Serviço Social da entidade, de acordo com Lei nº 18/02/1998 que institui o serviço voluntário.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Instrumentos musicais e equipamentos alguns adquiridos por doações e outros, adquiridos pelo setor de sustentação da entidade.

TEATRO: Atividade que estimula o desenvolvimento da desinibição, socialização e a veia artística da representação, melhorando a qualidade de vida e autoestima.

PERÍODO: janeiro a março e de agosto a novembro

Nº DE ATENDIDOS 17

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS: 01 coordenador (CLT)

QUANTIDADE DE VOLUNTÁRIOS: 03 voluntários previamente inscritos junto ao Serviço Social da entidade, de acordo com Lei nº 18/02/1998 que institui o serviço voluntário.

RECURSOS NECESSÁRIOS: recurso físico – espaço do casarão e ar-condicionados e recursos financeiros adquiridos por projetos.

XADREZ: Atividade que estimula o desenvolvimento do raciocínio, socializando a convivência no grupo e elevando a autoestima.

PERÍODO: janeiro a março e agosto a novembro

Nº DE ATENDIDOS 10

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS: 01 coordenador (CLT)

QUANTIDADE DE VOLUNTÁRIOS: 04 voluntários previamente inscritos junto ao Serviço Social da entidade, de acordo com Lei nº 18/02/1998 que institui o serviço voluntário.

RECURSOS NECESSÁRIOS: recurso físico – espaço sala de curso e material didático (mesas de xadrez) doado pelo projeto da prefeitura.

GOALBALL: Atividade que estimula o desenvolvimento das habilidades psicomotoras e físicas, trazendo benefícios globais, estimula a prática de esportes e prepara para campeonatos.

PERÍODO: janeiro a março e de agosto a novembro

Nº DE ATENDIDOS 04

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS: 01 coordenador (CLT)

QUANTIDADE DE VOLUNTÁRIOS: 02 voluntários previamente inscritos junto ao Serviço Social da entidade, de acordo com Lei nº 18/02/1998 que institui o serviço voluntário.

RECURSOS NECESSÁRIOS: recurso físico – Quadra de esporte da Instituição, traves e bolas doadas pelo projeto.

JUDÔ: Atividade que estimula o desenvolvimento das motoras, trazendo benefícios globais, estimula a prática de esportes e prepara para campeonatos.

PERÍODO: janeiro a março e de agosto a novembro

Nº DE ATENDIDOS 02

QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS: 01 coordenador (CLT)

QUANTIDADE DE VOLUNTÁRIOS: 02 voluntários previamente inscritos junto ao Serviço Social da entidade, de acordo com Lei nº 18/02/1998 que institui o serviço voluntário.

RECURSOS NECESSÁRIOS: recurso físico – Sala espaço Inferior no casarão da Instituição, traves e bolas doadas pelo projeto.

06. ASSISTÊNCIA ALIMENTAR /2022

Café/desjejum	15.618
Almoço	39.635
lanche manhã/tarde	79.267
PERÍODO: janeiro a dezembro/2022	

07. SETOR DO LIVRO FALADO

O setor do Livro Falado grava livros, apostilas e provas lidos por pessoas voluntárias para o acervo da Biblioteca Braille, para acervo da biblioteca virtual, e. Todos os voluntários são inscritos previamente no Serviço Social de acordo com Lei nº 18/02/1998.

Voluntários leitores	18
Títulos editados	40
Atendimentos voluntários	261
Atendimentos Curumim	10
Atendimentos eventos	17
Atendimentos escola	35
Atendimentos outros	12
TOTAL DE ATENDIMENTOS	335

Saúde

A Sociedade de Assistência aos Cegos entra para a história do Ceará com pioneirismo na área da saúde, com implantação do Banco de Olhos do Ceará (1976) e o primeiro transplante realizado em nosso estado (1982) e na área da educação com o primeiro curso de Formação de Professores na Área da Deficiência Visual (1996).

Torna-se uma referência na área da saúde, no setor da oftalmologia, realizando procedimentos de pequena, média e alta complexidade, sendo um dos pilares de sustentação financeira, onde aplica seus recursos na área educacional e em projetos filantrópicos da entidade e na própria manutenção da

unidade hospitalar. Dispõe de uma estrutura física ampla, equipada com modernos aparelhos para consultas, exames específicos e cirurgias. Possui uma equipe, prestadores de serviços, de aproximadamente 30 médicos oftalmologistas, colocando a tecnologia a serviço do bem-estar do ser humano.

A) A entidade repassa mensalmente informações sobre os atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes:

NO CADASTRO INDIVIDUALIZADO DIGITAMOS OS INTERNAMENTOS NÃO SUS PARTICULAR E CONVÊNIOS;

NO CADASTRO CONSOLIDADO DIGITAMOS AS CONSULTAS E EXAMES NÃO SUS PARTICULAR E CONVÊNIOS.

Segue abaixo relatório dos quantitativos dos atendimentos realizados na área da saúde pelo SUS e NÃO SUS em 2022.

PROCEDIMENTOS ANO 2022	SUS	NÃO SUS		TOTAL
		CONVENIOS	POPULAR	
Acompanhamento de Pacientes no Pós Transplante de Córnea	119	0	0	119
Agulhamento	0	0	5	5
Anel de Ferrara	0	0	1	1
Auto Transplante conjuntival	0	46	1	47
Angiofluoresceinografia -monocular	0	11	55	66
Biometria Ultrassônica	875	420	108	1403
Blefaroplastia	0	0	38	38
Campimetria Computadorizada ou Manual	236	216	432	884
Capsulectomia a Yag Laser	184	314	2.144	2.642
Ceratosocopia Computadorizada	108	225	392	725
Cirurgia Antiglaucomatosa	3	5	18	26
Consulta Médica em Atenção Especializada	2.035	2.640	17.417	22.092
Curva Diária de Pressão Ocular	59	45	147	251
Canaliculectomia	0	0	2	2
Ceratectomia	0	0	4	4
Cirurgia da glandula lacrimal	0	0	1	1
Dermatocalaze	0	1	0	1
Descolamento de Retina	0	7	33	40

Dacriocistorrinostomia	0	0	2	2
Ectropio/ Entrópio	0	11	6	17
Epilação de cílios	0	0	1	1
Evisceração	0	0	9	9
Exerese de Calázio	11	3	30	44
Exerese de Tumor de Conjuntiva	7	2	16	25
Exerese de Tumor de Palpebra	1	43	48	92
Estrabismo	0	0	10	10
Elevação de Supercílios	0	0	3	3
Facectomia sem Implante de Lente	4	0	0	4
Facoemulsificação com Implante de Lente	858	809	2.444	4.111
Fotocoagulação a laser	0	25	302	327
Fundoscopia	6	0	0	6
Gonioscopia	45	36	348	429
Implante Secundário de Lente	5	0	1	6
Injeção Intra Vitreo	0	49	226	275
Iridectomia a Laser	10	58	95	163
Mapeamento de Retina com Gráfico	1054	926	4.146	6.126
Microscopia Especular de Córnea	622	592	655	1869
Paquimetria Ultrassônica	84	235	722	1041
Potencial de Acuidade Visual	6	163	124	293
Ptose	0	12	23	35
Pterigio	263	28	21	312
Pterigio com Autotransplante	0	23	329	352
Reconstrução de Pálpebra Parcial	0	1	8	9
Reconstrução de Pálpebra Total	0	2	0	2
Reconstrução de Vias Lacrimais	0	0	0	0
Recobrimento conjuntival	0	0	2	2
Reposicionamento de lente	0	0	1	1
Retinogradia colorida	0	90	176	266
Retirada de Pontos ambulatorial	0	0	2	2
Retirada de Pontos hospitalar	0	0	13	13
Retirada de Corpo Estranho	0	0	2	2
Sondagem das vias lacrimais	0	0	5	5
Sutura com Hérnia de Íris	0	0	1	1
Sutura de Conjuntiva	0	0	2	2
Sutura Pálpebra	0	0	3	3
Sutura de Esclera	0	2	0	2
Simblefaro	0	0	2	2
Tonometria	41	2.784	11	2.836

Tomografia de Coerência Óptica	0	4	177	181
Transplante de Córnea	14	2	0	16
Triquiase	0	0	2	2
Ultrassonografia de Globo Ocular/Órbita	219	214	542	975
Xantelasma	0	0	0	0
TOTAL	6.869	10.044	31.308	48.221

AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da SAC aprovou as demonstrações financeiras e sua divulgação de 24 de abril de 2023.

Fortaleza/CE, 31 de dezembro de 2022

Maria Lizélia Sá e Almeida Soares
Maria Lizélia Sá e Almeida Soares
 Diretora Presidente
 CPF/MF nº 059.435.663-68



Fabiene Miranda Lima Mendonça
Fabiene Miranda Lima Mendonça
 Contadora - CRC/CE 15.783/O-2
 CPF/MF nº 491.647.753-72



CARTÓRIO PERGENTINO MAIA - ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO PERGENTINO MAIA - 3º OFÍCIO DE NOTAS E TABELIAÇÃO, ROBERTO FIUZA MAIA - CNPJ: 06.572.994/0001-45
 Av. Padre Antônio Tomás, 920 - Aldeota - CEP: 60140-160 - Fortaleza - CE

Reconhecimento e assinatura por AUTENTICIDADE de: maia.tabela

MARIA LIZÉLIA SÁ E ALMEIDA SOARES (Este reconhecimento não comprova poderes de representação Art. 963 §5 Prov. 04/2013-CJCE).

Dou fé, FORTALEZA, 11 de maio de 2023
 Em testemunho da verdade.

Antonio Alexandre Palva de Oliveira
 Hilinah Machado de Jesus
 Nael Marques da Silva

Impresso por: LETICIA DE SOUZA FERNANDES

EMOL.	R\$ 3,60
FRMMP	R\$ 0,18
FAADEP	R\$ 0,18
SELO	R\$ 1,42
FERMOJU	R\$ 0,23
TOTAL	R\$ 5,61

DC610008 Selo 2

UEMJ 02

RECONHECIMENTO DE FIRMA

2023

CARTÓRIO PERGENTINO MAIA - ESTADO DO CEARÁ - CARTÓRIO PERGENTINO MAIA - 3º OFÍCIO DE NOTAS E TABELIAÇÃO, ROBERTO FIUZA MAIA - CNPJ: 06.572.994/0001-45
 Av. Padre Antônio Tomás, 920 - Aldeota - CEP: 60140-160 - Fortaleza - CE

Reconhecimento e assinatura por AUTENTICIDADE de: maia.tabela

FABIENE MIRANDA LIMA MENDONÇA (Este reconhecimento não comprova poderes de representação Art. 963 §5 Prov. 04/2013-CJCE).

Dou fé, FORTALEZA, 11 de maio de 2023
 Em testemunho da verdade.

Antonio Alexandre Palva de Oliveira
 Hilinah Machado de Jesus
 Nael Marques da Silva

Impresso por: LETICIA DE SOUZA FERNANDES

EMOL.	R\$ 3,60
FRMMP	R\$ 0,18
FAADEP	R\$ 0,18
SELO	R\$ 1,42
FERMOJU	R\$ 0,23
TOTAL	R\$ 5,61

DC610009 Selo 2

HUAP 02

RECONHECIMENTO DE FIRMA

2023